

Habitação de interesse social e os impactos para os serviços públicos

Social housing and the impacts on public services

Anete Marília Pereira*
Raimara Gonçalves Pereira**

Resumo

O artigo ora apresentado traz uma reflexão sobre os impactos decorrentes da implantação de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, direcionados à população de baixa renda (zero a três salários mínimos), em áreas que, além de periféricas, são carentes na oferta de serviços básicos como saúde, educação e assistência social. Tomou-se como objeto empírico os conjuntos habitacionais Nova Suíça e Santos Dumont, localizados na cidade de Montes Claros/MG. Para tanto, realizou-se pesquisa de abordagem qualitativa, em que foram utilizados procedimentos diversos como pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo, com a realização de entrevistas com os profissionais que atuam nos serviços de saúde, educação e assistência social presentes no bairro Independência. Como resultado do estudo, concluiu-se que não há, por parte das políticas públicas, a organização intersetorial e integral, tendo em vista o atendimento plural da população de baixa renda beneficiária do PMCMV.

Palavras-chave: PMCMV. Serviços públicos. Habitação de interesse social.

Abstract

This paper brings us to a reflection about the impacts resulting from the implantation of housing estates of the Minha Casa Minha Vida Program – PMCMV, directed at the low-income population (zero to three minimum wages), in areas that, in addition to being peripheral areas, are lacking in offering basic services such as healthcare, education and social welfare. The Nova Suíça and Santos Dumont housing estates,

* Doutora em Geografia; Professora do Departamento de Geociências, do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil; Email: anete.pereira@unimontes.br

** Mestre em Desenvolvimento Social do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil; E-mail: raimaragpereira@gmail.com.

located in the city of Montes Claros/MG, were taken as an empirical object. To this end, a qualitative research was carried out, in which various procedures were used such as bibliographic, desk and field research, with the conduct of interviews with professionals working on healthcare, education and social welfare services present in the Independência area. As a result of the study, it was concluded that there is not an intersectoral and integral organization on the part of public policies, taking into consideration the plural care of the low-income population benefiting from the PMCMV.

Keywords: PMCMV. Public services. Social interest housing.

Introdução

O direito à moradia é visto enquanto elemento eminente na construção da dignidade humana e ocupa destaque no cerne dos direitos humanos, estando materializado no corpo dos instrumentos normativos de ordem nacional e internacional, como a Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada pela Organização das Nações Unidas (1948).

Apesar do reconhecimento no âmbito da Constituição Federal de 1988, as questões inerentes à moradia no país têm sido determinadas pelo processo de produção capitalista, isto é, seguindo as lógicas do mercado que, conseqüentemente, produziram os efeitos da segregação marcada pela ausência de direitos, especialmente quando direcionados à população de baixa renda. Como exemplo disso, tem-se a materialização do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), conforme evidenciado por Maricato (2015).

O PMCMV, uma das ações mais expressivas no âmbito da política habitacional brasileira, foi lançado pelo Governo Federal em abril de 2009. Foi idealizado com o objetivo de responder, por meio de uma proposta social, às demandas inerentes à moradia para a população de baixa renda, ofertando a esse grupo subsídios e facilidades de crédito por meio do financiamento realizado pelo Governo Federal, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF). Há que se considerar, ainda, que esse programa também propiciou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a partir da difusão do crédito imobiliário e do uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o financiamento das unidades habitacionais,

com a utilização de taxas de juros variáveis sobre o crédito imobiliário (BONDUKI, 2009).

Entretanto, segundo Maricato (2011), o que se verifica é que mesmo obtendo efetiva expressão no âmbito da política habitacional brasileira, a materialização do Programa Minha Casa Minha Vida resultou num processo que promoveu a majoração do valor dos imóveis e da terra, bem como a especulação fundiária e imobiliária. Nessa conjuntura, representou um avanço no que se refere à promoção do direito à moradia no país, especialmente no âmbito da população de baixa renda, mas também propiciou a ocorrência de variados entraves, sendo apontado dentre eles, a ausência de infraestrutura e precária oferta dos serviços públicos nos bairros em que são implantados os conjuntos destinados à habitação de interesse social, ou seja, às famílias com renda entre zero a três salários mínimos.

Ressalta-se que, desde a criação do PMCMV, variados foram os estudos dedicados à análise de seu desenvolvimento, considerando especificamente as questões inerentes à segregação territorial e o impacto da construção das moradias de interesse social para os serviços públicos em diferentes locais do país. Como exemplo, podem ser citados os trabalhos de Moura (2014), Ferreira (2012), Rolnik et al (2015); Santo Amoré, Shimbo, Rufino (2015), Nascimento (2014), dentre outros.

Entende-se que, para atuar frente aos desafios postos na gestão da política habitacional brasileira, especialmente no âmbito do PMCMV, faz-se também necessário compreender quais os reflexos postos pela operacionalização do programa, visando à efetivação otimizada da política numa concepção integral.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo refletir sobre os impactos dos conjuntos habitacionais do PMCMV, direcionados à população de baixa renda, nas áreas em que foram implantados, com ênfase nos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. Para tanto, foi feito um estudo de caso no bairro Independência, local de implantação dos conjuntos Nova Suíça e Santos Dumont, na cidade de Montes Claros/MG.

A metodologia utilizada baseou-se inicialmente em pesquisa bibliográfica, no intuito de sustentar teoricamente a discussão, seguida de

pesquisa documental, tendo como fontes legislações específicas da cidade de Montes Claros. Como objeto empírico, escolheu-se os conjuntos habitacionais Nova Suíça e Santos Dumont localizados na zona leste da cidade, no bairro Independência. Destaca-se que o bairro supracitado é marcado, conforme Souza Junior (2016), por precária infraestrutura urbana, baixo valor do solo e por uma população, em sua maioria, de baixa renda. Em incursões na área dos referidos conjuntos, verificou-se que não há, no interior deles, nenhum equipamento público para o atendimento da população. Desse modo, entende-se que resta aos moradores dos conjuntos habitacionais buscarem atendimento nos serviços públicos presentes no bairro em que se apoiam, o Independência. Diante dessa realidade, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais gestores dos referidos serviços, etapa que foi precedida por contato, via ofício, com as secretarias municipais de saúde, educação e assistência social que autorizaram o procedimento. No total, foram entrevistados quatro gestores, sendo respectivamente o gestor de cada serviço público de base municipal existente no bairro Independência, a saber: os gestores das escolas municipais Maria de Lourdes Pinheiro e Egídio Cordeiro Aquino, o gestor da Estratégia Saúde da Família (ESF) e o gestor do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). As entrevistas foram conduzidas como uma proposta de interação entre o entrevistador e os entrevistados, sendo gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas.

O artigo está organizado em duas partes, sendo que em um primeiro momento são feitas algumas considerações sobre o PMCMV e sua operacionalização no âmbito da habitação de interesse social e, em seguida, é realizada uma breve caracterização da área em estudo no contexto da implantação do PMCMV. Finalmente, é feita a análise dos impactos dos empreendimentos para os serviços públicos de saúde, educação e assistência social presentes no bairro Independência.

O PMCMV e a habitação de interesse social

Marcada por variadas mudanças no que se refere a sua concepção e gestão por parte do poder público, a política habitacional brasileira se construiu sobre um histórico marcado pela exclusão e segregação socioterritorial, sobretudo, quando dirigida às populações mais carentes.

A gestão da política habitacional brasileira, por muito tempo, marcou negativamente o cenário nacional, haja vista que suas ações sempre privilegiaram o financiamento direcionado às classes de rendas média e alta, sendo à população de baixa renda direcionadas a ações de assentamento, ordenamento urbano e construção de casas populares afastadas dos centros urbanos e em locais carentes de infraestruturas e serviços, o que descaracteriza a concepção integral de acesso à moradia (BRITO, 2016).

Destaca-se que, no Brasil, a política habitacional direcionada à população de baixa renda apenas obteve expressiva notoriedade no século XXI, quando no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em meio a questões políticas internacionais e nacionais, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no ano de 2009 (BENVENGA, 2011). Reconhecido nacionalmente como uma alternativa para combater o déficit habitacional⁶ que ocorre, especialmente, no âmbito da população de baixa renda, o Programa foi regulamentado em 07 de julho de 2009, por meio da Lei nº 11.977. Desde sua criação, é regulado pelo Governo Federal, no âmbito do Ministério das Cidades.

De acordo com Duarte e Santos (2011), tendo em vista que as soluções de mercado não garantiriam a cobertura integral do direito à moradia, a Lei 11.977/09 estabeleceu ainda a criação, no âmbito do Programa, de uma política de subsídios para incentivos à habitação social e

⁶O conceito de déficit habitacional utilizado neste trabalho está "ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel nas áreas urbanas e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade" (FJP, 2018, p. 20-21).

popular, valendo-se da CEF enquanto instituição financeira pública, com ação direta e coordenada nas três esferas do Governo.

A organização estrutural do PMCMV é estratificada por três faixas de atendimento, de acordo com a renda familiar mensal (SILVA; TOURINHO, 2015). Recentemente, o Governo Federal atualizou as modalidades de atendimento, bem como a renda mínima para financiamento habitacional no âmbito do PMCMV. A Tabela 01 mostra a última atualização feita quanto à segmentação da demanda por faixa de renda mínima⁷, a considerar cada modalidade de atendimento, tal qual a política de juros utilizada para esse financiamento.

Tabela 1 – Faixas de Atendimento e Renda Familiar Mensal – PMCMV⁸

Faixa	Renda Familiar Mensal	Taxa de Juros (% a. a)
1	Até R\$ 1.800,00	0%
1,5	Até R\$ 2.600,00	5,5%
2	Até R\$ 2.600,00	5,5%
	Até R\$ 3.000,00	6%
	Até R\$ 4.000,00	8,16%
3	Até R\$ 4.000,00	7%
4	Até R\$ 9.000,00	9,16%

Fonte: CEF, 2018. Organização dos autores.

No que se refere à faixa 1, destinada à população de baixa renda, sua execução se dá via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Desse modo, a oferta da moradia na esfera da habitação de interesse social é gerida pelo Sistema Nacional de Cadastro Habitacional (SNCH) que estabelece critérios nacionais e locais para o acesso ao PMCMV para as famílias beneficiárias.

Destaca-se que, na faixa 1 do PMCMV, apesar de a unidade habitacional ser quase integralmente custeada pela União, os beneficiários

⁷No ano de 2017, o Programa Minha Casa Minha Vida foi ampliado e passou a atender a famílias com renda mensal de até R\$ 9.000,00. Assim, o limite de renda da faixa 3 passou a atender a uma reivindicação dos empresários da construção civil visando, especialmente, o aquecimento na venda de imóveis.

⁸Não houve alterações na Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida desde sua estruturação.

do Programa também pagam mensalmente um valor correspondente à aquisição do imóvel. Os financiamentos são divididos em até 120 meses, com prestações mensais que variam de R\$ 80,00 a R\$ 270,00, valor que é estabelecido conforme a renda bruta familiar (CEF, 2018).

Quanto aos critérios nacionais para que as famílias sejam beneficiárias na faixa 1 do Programa, além da questão da renda, conforme supracitado, há outras exigências técnicas. Assim, há o estabelecimento de prioridades para famílias residentes em áreas de risco, insalubres, ou que estejam desabrigadas; famílias em que a mulher é a responsável direta pela provisão da unidade familiar e aquelas que possuam em seu núcleo pessoas portadoras de alguma necessidade especial (BRASIL, 2016).

Destaca-se, de acordo com Andrade (2012), que apesar de o PMCMV ter obtido expressão significativa no que se refere à construção de casas, condomínios e conjuntos habitacionais direcionados à população de baixa renda, o que se tem é que essas habitações se encontram, em suma, localizadas nas regiões periféricas das cidades, carentes de infraestrutura básica, em locais em que o preço da terra é menor. Nessas áreas, a população fica subjugada às mais variadas ausências.

É importante aclarar que a ausência dos serviços e equipamentos públicos nos locais em que os conjuntos habitacionais destinados à habitação de interesse social são implantados é uma inflexão quanto à materialização da legislação que rege o PMCMV, haja vista que conforme o artigo 5º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, são tidos enquanto critérios obrigatórios para implantação e entrega dos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda:

I – localização do terreno na malha urbana ou em área de expansão que atenda aos requisitos estabelecidos pelo Poder Executivo Federal, observado o respectivo plano diretor, quando existente;

II – adequação ambiental do projeto;

III – infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e

de drenagem de águas pluviais e permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica;

IV – a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público (BRASIL, 2009, p. 3).

Evidencia-se, assim, que o conceito de moradia digna está atrelado não tão somente à concepção de um teto para abrigar a família, mas um teto com toda uma infraestrutura no seu entorno que dê acesso aos serviços e equipamentos públicos que garantam a educação, saúde, lazer e segurança (INSTITUTO CIDADANIA, 2000, p. 26).

Nota-se, entretanto, o que se tem na prática dessa política pública habitacional é a ampliação do processo de segregação territorial, a ocorrência dos vazios urbanos e uma preocupação maior com a habitação creditícia, sendo que a habitação de cunho social fica às margens da política, pois a produção das moradias se dá, em sua maioria, em áreas nas quais não há a oferta dos serviços e equipamentos essenciais (JANCZURA; NOAL, 2011).

A implantação dos conjuntos habitacionais no âmbito do PMCMV propicia o aumento do contingente populacional dos bairros em que são inseridos, ocorrendo, concomitantemente, o aumento da busca pelos serviços públicos. Destaca-se que, de acordo com Wacquant (2006), a ausência de equipamentos e serviços públicos efetivos pode gerar o enfraquecimento generalizado dos territórios e a perpetuação do processo de segregação e marginalização dos sujeitos.

Habitação de interesse social em Montes Claros e os impactos sobre os serviços públicos

A cidade de Montes Claros, localizada no Norte de Minas Gerais, possui aproximadamente 344 mil habitantes e constitui um polo regional, centralizando atividades de comércio e serviços diversificados (IBGE, 2010). Historicamente, a cidade sempre atraiu população, o que implicou num

intenso e rápido crescimento da malha urbana. Nesse contexto, a questão da moradia se apresenta como um problema para a gestão pública.

Nessa cidade, o PMCMV iniciou-se em 26 de maio de 2009, momento em que foi formalizada a parceria direta do município com o Ministério das Cidades para gestão do programa. O primeiro conjunto habitacional, o Nova Suíça, foi entregue no final do ano de 2011. Desde então, foram implantados na cidade um total de 11 empreendimentos.

Tabela 2 – Conjuntos habitacionais do PMCMV em Montes Claros – 2011 a 2018

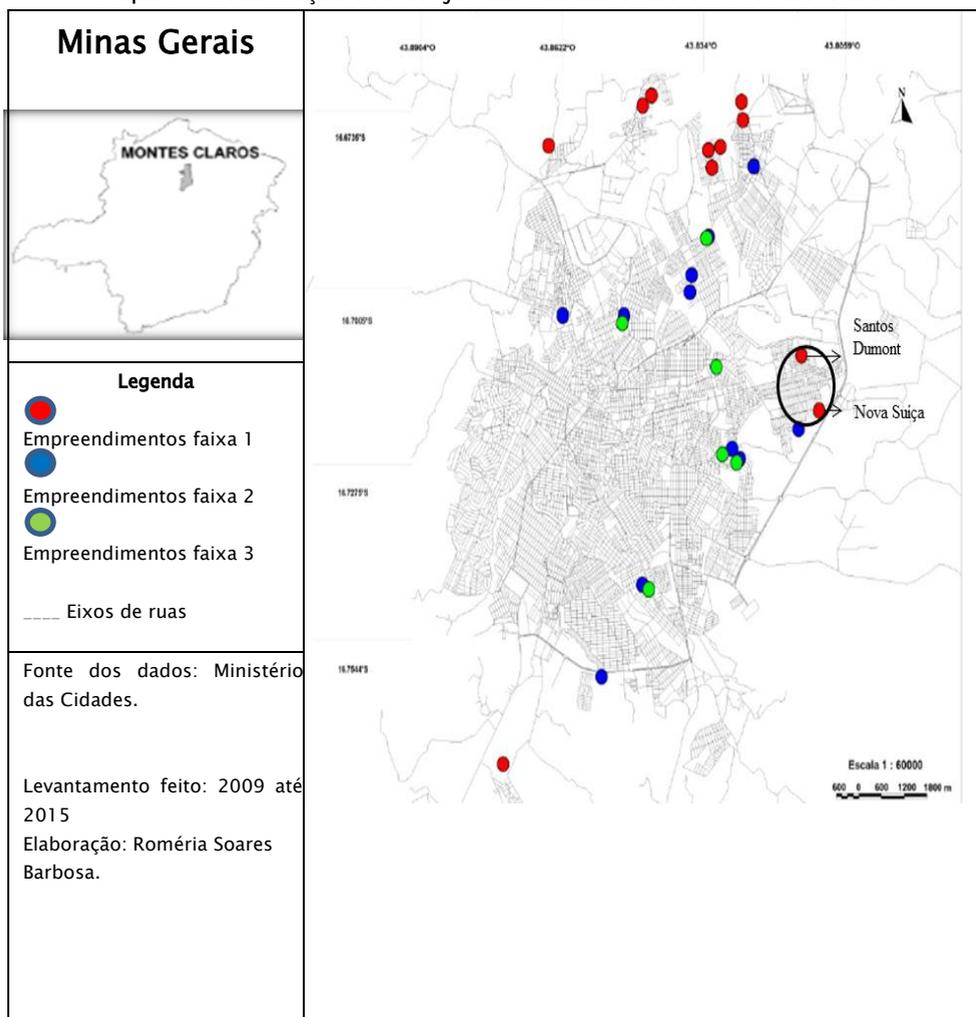
Conjunto Habitacional	Nº de Casas	Bairro	Construtora	Ano
Nova Suíça	496	Independência	Em Casa	2011
Santos Dumont	241	Independência	Momento Engenharia	2012
Residencial Vitória	499	Cidade Industrial	Momento Engenharia	2013
Recanto das Águas	500	Village do Lago II	Construtora em Casa	2013
Monte Sião I	499	Village do Lago II	Realiza Engenharia	2013
Monte Sião II	300	Village do Lago II	Realiza Engenharia	2013
Minas Gerais	499	Village do Lago II	Celta Engenharia	2014
Montes Claros	499	São Geraldo II	Celta Engenharia	2014
Vitória II	660	Cidade Industrial	Momento Engenharia	2015
Rio do Cedro	266	Castelo Branco	Momento Engenharia	2015
Monte Sião IV	393	Village do Lago II	Realiza Engenharia	2018

Fonte: Pesquisa direta na Secretaria Municipal de Habitação. Organização dos autores (2018).

Quanto à localização dos conjuntos habitacionais na cidade, é relevante destacar que estudos como os de Brito (2016) e Lima (2017) mostram que todos os empreendimentos habitacionais construídos seguem a

lógica de construção periférica que se deu na materialização do PMCMV em todo o território nacional, ou seja, eles são construídos afastados da área central e em regiões com ausência de infraestrutura e serviços, o que reafirma a lógica de segregação socioespacial, que tem sido um dos principais problemas apontados no que se refere à execução do Programa.

Mapa 1 – Localização dos conjuntos habitacionais em Montes Claros



Fonte: (BARBOSA, 2016, p. 140).

Os conjuntos habitacionais Nova Suíça e Santos Dumont, em destaque no mapa, foram implantados em 2011 e 2012, respectivamente, e possuem um total de 737 moradias que estão inseridos no território do bairro Independência, na porção leste da cidade de Montes Claros. O referido bairro também é periférico e já traz consigo características da marginalidade, sendo constituído por população predominantemente de baixa renda. Além disso, apresenta variadas deficiências no que se refere à provisão dos serviços públicos essenciais à população local.

Considerando que, nos dois conjuntos habitacionais em análise, não foi construído nenhum estabelecimento que ofertasse serviços de saúde, educação e lazer, procurou-se analisar como se deu a organização de tais serviços no bairro Independência nos anos de 2011 e 2012, quando as novas famílias se instalaram nos conjuntos habitacionais Nova Suíça e Santos Dumont. Ao serem questionados sobre essa temática, os profissionais do programa Estratégia Saúde da Família (ESF), das escolas municipais e do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) foram unânimes ao dizer que não houve por parte da gestão municipal nenhuma ação que visasse a ampliação ou organização dos serviços para o atendimento dos novos moradores que se instalaram no território do bairro Independência.

Assim, os profissionais dos serviços relataram que não haviam recebido nenhuma informação quanto à entrega das casas. Nas palavras do entrevistado gestor local da educação:

A escola não tinha se adequado em nada. [...] Não fomos informados de como seria e qual o planejamento. Tivemos que, literalmente, se virar, pois a educação não pode ser negada, mas diante desse turbilhão que foi no início, houve a oferta, mas não garanto que houve a qualidade, pois mesmo querendo fazer, querendo mesmo, é muito difícil, a gente não dá conta. Foram, se não me engano, umas cento e poucas crianças em um só mês. (Entrevistado – Gestor educação)

Ao abordar essa questão, o entrevistado do serviço de assistência social esclareceu que “não houve nenhuma adequação ou estabelecimento de

um protocolo específico para atender a nova demanda, que foi imposta a partir da entrega das casas do PMCMV”. Esse gestor ainda acrescentou que:

Não houve nenhuma organização. Como trabalhamos com a procura pelo serviço, eles procuravam o atendimento e eram atendidos, mas no início a área não era coberta, então tinha só a busca ativa. (Entrevistado – Gestor educação)

Infere-se, a partir das respostas supracitadas, que não ocorreu um planejamento para o atendimento integral ao público beneficiário do PMCMV e, com o aumento da procura, pode ter ocorrido uma precarização no atendimento àqueles residentes no bairro Independência, que por si só, já possuía uma grande demanda. Nesse sentido, teve-se a ocorrência de variados problemas, especialmente nas escolas locais dos primeiros serviços procurados pelas famílias.

Houve muito tumulto, especialmente por parte da pressão imposta pelos pais a nós da coordenação, pois até explicar a questão de não haver salas no início era difícil. Pois a escola não dava conta, acionamos a secretaria. A partir daí, depois de muita articulação, conseguimos um ônibus que levava alguns alunos que, infelizmente, não conseguiram fazer matrícula aqui nessa escola, para a escola que eles estudavam antes de vir pro bairro, eles levavam pro bairro de origem. (Entrevistado – Gestor educação)

O entrevistado destacou ainda, que foi muito difícil os primeiros anos da implantação dos conjuntos, até porque eles tinham que lidar com os novos alunos e com aqueles que já eram regularmente matriculados na escola. As dificuldades são descritas dos seguintes modos pelos gestores: “Bom, houve muitas dificuldades, principalmente em alocação de salas para esses alunos, pois não estávamos preparados, depois a questão do número de salas, profissionais, infraestrutura, sabe? Tudo muito solto” (Entrevistado Gestor– educação).

Já os outros gestores relataram que:

A meu ver, a dificuldade é esta de ampliar muito a demanda, a busca pelo serviço, que aqui hoje é a maior demanda dessa unidade, o maior número de usuários é dos conjuntos. Mas não ampliou os profissionais, nem a oferta ao atendimento, então dificultou bastante (Entrevistado Gestor – ESF).

A principal dificuldade é que houve apenas a ampliação da demanda, muita busca por cesta básica, Bolsa-Família, mas não houve nenhuma estratégia por parte da gestão municipal da época para atender especificamente essas famílias. Também, não houve aumento no número de profissionais, manteve-se o mesmo quantitativo, que já tinha muita demanda pelos serviços e com a criação do conjunto se ampliou muito mais (Entrevistado Gestor – assistência social).

Tem-se assim, conforme exposto pelos profissionais, que na época de implantação dos conjuntos habitacionais Nova Suíça e Santos Dumont houve o aumento da procura pelos serviços, entretanto, ela não foi acompanhada pela ampliação da capacidade de oferta. Destarte, os profissionais tiveram que se adaptar e organizar o atendimento da nova demanda isoladamente, o que torna evidente que a gestão municipal, na época, se concentrou única e exclusivamente na oferta das moradias, não havendo a preocupação quanto ao atendimento integral dos beneficiários no âmbito das demais políticas públicas, sendo que a obrigatoriedade de ampliar o atendimento frente à nova demanda foi imposta, sem nenhuma organização prévia.

No decorrer das entrevistas, buscou-se ainda verificar como estão os serviços atualmente. Nesse sentido, os profissionais responderam que:

Aqui, o que mudou foi a ampliação dos serviços, pois a área do Santos Dumont era descoberta e agora, em março de 2018, contrataram três agentes para cobrir o conjunto. E era necessário, pois depois que implantou o conjunto, a maior demanda aqui é do pessoal de lá, então a procura é muito grande. (Entrevistado Gestor – ESF)

Na escola, como te disse, na época, não tinha salas suficientes. Depois de muita luta, muita intervenção, foram criadas novas salas. Antes, ficava tudo tumultuado. Agora, no final do ano passado, no caso 2017, foram criadas e inauguradas 13 novas salas para atender à demanda do conjunto e do bairro que por si só, já cresce muito. Foram contratados pedagogos e professores de todas as áreas pra poder dar conta (Entrevistado Gestor – educação).

Olha, no CRAS, foi ampliado apenas o quantitativo de usuários que buscam pelo serviço. Não houve aumento de profissionais, houve o aumento de pessoas que buscam pelo serviço. No caso, eles vêm aqui resolver problemas de documentação, Bolsa-Família, mandatos judiciais, busca por cesta básica, LOAS, muitos serviços os encaminham para nós (Entrevistado Gestor – assistência social).

Assinala-se ainda que, mesmo tendo passado cerca de sete anos, os serviços públicos ainda não foram, uniformemente, organizados para o atendimento integral dos moradores dos conjuntos habitacionais. Verifica-se que as escolas presentes no bairro Independência ainda se deparam com dificuldades para o atendimento integral de todos os alunos. O serviço de saúde pública, no âmbito do Estratégia Saúde da Família (ESF), apresenta dificuldades no que se refere à cobertura otimizada dos atendimentos, haja vista a demanda pelo serviço. Ademais, no que se refere à oferta dos serviços de assistência social, tem-se que, conforme visto, não houve nenhuma adequação para o atendimento da demanda posta diante da implantação dos conjuntos habitacionais, o que penaliza os atendimentos e a aplicação uniforme da política pública.

Tais fatores tornam visível o processo de desproteção social a que foram e são expostos os beneficiários, uma vez que, além da segregação habitacional, eles precisam lidar com a escassez uniforme de políticas públicas essenciais, dada a não integralidade das mesmas.

Considerações finais

Constatou-se que os conjuntos habitacionais Nova Suíça e Santos Dumont foram construídos em região periférica, distante da área central da cidade de Montes Claros, sem a implantação simultânea dos equipamentos urbanos essenciais como escola ou postos de atendimento em saúde e assistência social. Ainda hoje, os moradores dos conjuntos utilizam os equipamentos públicos e os serviços ofertados no bairro Independência, havendo, desse modo, um impacto na qualidade dos serviços aqui descritos em virtude do aumento da demanda sem a devida adequação da estrutura existente.

Vislumbra-se, ainda, conforme ocorre em outras regiões do país, que houve, por parte do poder público municipal, a partir da implantação dos conjuntos habitacionais, a concentração exclusiva na oferta da moradia dissociada de sua concepção integral, que exige uma ação organizada e articulada de modo intersetorial, visando o atendimento a todas as necessidades dos sujeitos. Essas ausências tendem a desestabilizar e redobrar as privações impostas sobre os indivíduos, uma vez que esses não são vistos pelos gestores das demais políticas públicas, o que desencadeia a negação dos direitos constitucionalmente garantidos, bem como da afirmação do direito à moradia em sua concepção plural. Desse modo, infere-se que a organização da malha urbana deve ocorrer de modo efetivo e integral, com vistas à aplicação eficaz das políticas públicas, não sendo essas usadas meramente para ações pontuais e focalizadas, uma vez que a política urbana exige uma construção plural, para ser eficiente no atendimento das necessidades da cidade e dos seus moradores.

Referências

ANDRADE, Gabriel Vieira Marx. **Política habitacional brasileira**: críticas ao Programa Minha Casa Minha Vida. 2012. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

BARBOSA, Roméria Soares. **Habitação social e segregação residencial em Montes Claros**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Estadual de Montes Claros, Monte Claros, 2016.

BENVENGA, Bruna Maria de M. **Conjuntos habitacionais, espaços livres e paisagem**: apresentando o processo de implantação, uso e avaliação de espaços livres urbanos. São Paulo: Biblioteca Digital USP, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-19012012-095256/pt-br.php>>. Acesso em: 12 maio 2019.

BONDUKI, Nabil. Do projeto moradia ao programa minha casa minha vida. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 22, n. 82, p. 8-14, mai./jun., 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

..... Financiamentos da Faixa 1,5 do Programa Minha Casa Minha Vida. **Brasil.gov**, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/infraestrutura/2016/10/caixa-inicia-financiamentos-da-faixa-1-5-do-programa-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 10 maio 2019.

..... Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jul. 2009.

BRITO, Marcelo. **Direito à moradia e política habitacional**: uma análise do Programa Minha Casa, Minha Vida para famílias de baixa renda. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2016.

CEF – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Minha Casa Minha Vida. Habitação Urbana. **Caixa Econômica Federal**, 2018. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

..... Faixa 1,5 do Minha Casa Minha Vida. **Caixa Econômica Federal**, 2016.
Disponível em:
<<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4212>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

DUARTE, Sandro Marino; SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. Política habitacional no Brasil: uma nova abordagem para um velho problema. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-29, abr. 2011. Disponível em:
<<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1375/1165>>. Acesso em: 3 maio 2018.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil 2015**, Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em:
<<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

FERREIRA José Sette Whitaker (Coord.). **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: FUPAM, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxas de Urbanização por grandes Regiões**. 2010 Disponível em:
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314330> . Acesso em: 10 abril. 2019.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Moradia**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2000. Disponível em:
<http://www.ptpr.org.br/pt_pag/PAG%202004/URBANISMO/Projeto%20Moradia.PDF>. Acesso em: 9 maio 2019.

JANCZURA, Rosane; NOAL, Ednilson Bolson. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 157-169, jan./jul. 2011. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7257>>. Acesso em: 14 março 2018.

LIMA, Eliane Souza. **Processo de urbanização e acesso aos serviços básicos: um estudo geográfico no Conjunto Habitacional Residencial Vitória na cidade de Montes Claros/MG.** 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2017.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MOURA, Jéssica Morais de. O Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 339–359, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692014000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 jan. 2019.

NASCIMENTO, E. A. Contradições e deficiências do Programa Minha Casa, Minha Vida: implicações e rebatimentos sobre a dinâmica socioespacial das cidades médias brasileiras. **Revista Geographia**, Niterói, v. 16, n. 32, p. 68–89, jul./ dez. 2014.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, R.; PEREIRA, A. L. S.; MOREIRA, F. A.; ROYER, L. O.; IACOVINI, R. F. G.; NISIDA, V. C. O programa minha casa minha vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metropolitanos**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127–154, maio 2015.

SANTO AMORÉ, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Org.) **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 401–417, nov. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962015000200401&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 5 fev. 2019.

SOUZA JUNIOR, Benvindo Zuba de. **A expansão espacial e a mobilidade urbana em cidades médias**: o caso de Montes Claros/MG. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2016.

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Sociologia**. Departamento de Sociologia – Faculdade de Letras/UP, Porto, PT, v. 16, 2006.